



Novos tempos.
Nova Vida.
Novo centro?
Dinâmicas e
desafios para
uma vida nova do
centro histórico de
Lisboa¹

Pedro Costa*
Andreia Magalhães**

*Doutorado em Planeamento
Regional e Urbano.
Professor no ISCTE-IUL.
Investigador do DINÂMIA/CET-IUL.
** Mestre em Planeamento Regional
e Urbano. Núcleo de Conceção
de projetos da Parque EXPO.

Os últimos 20 anos foram muito marcantes no que concerne à transformação do centro histórico lisboeta², nos mais variados planos: demográfico, social, económico, cultural, morfológico... Não sendo o objectivo deste texto sistematizar e analisar estas dinâmicas de forma exaustiva, procuramos no entanto identificar em grandes traços as principais transformações e desafios abertos nos diversos campos da vida e da forma da cidade, que caracterizaram a transformação do centro histórico lisboeta ao longo deste período. Seis grandes linhas são neste âmbito identificadas, as quais se apresentam esquematicamente nos pontos seguintes.

Uma estrutura demográfica em recomposição e diversificação

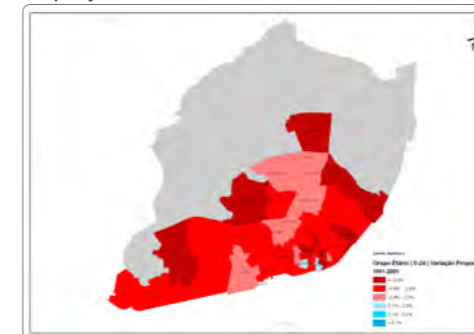
O regresso ao centro da cidade pode ser aferido, antes de tudo o mais, pela recomposição sócio-demográfica em curso no centro da cidade, a qual tem de ser entendida no quadro das transformações estruturais de âmbito metropolitano mais amplas em que se inserem (cf. Seixas et al, 2012).

Aquela que era a tendência de longo prazo mais marcante nas últimas décadas, a do crescente envelhecimento da população residente, permanece como o pano de fundo dominante da demografia da cidade, reflectindo aliás os quadros nacionais e europeus. No contexto metropolitano, tem vindo a ser agravada, por um lado, pela saída das gerações mais novas (e mais reprodutíveis) para a periferia da cidade, ao longo das últimas décadas, à medida que esta se estende em mancha de óleo pela 1ª e 2ª coroas envolventes, e por outro lado pelo aumento da esperança de vida, dinâmicas essas que são complementadas por uma certa capacidade de atracção de população em idade activa, tanto a nível metropolitano como internacional. No contexto específico do centro histórico da cidade, apesar deste pano de fundo (cf. mapas da figura 1), as últimas décadas trouxeram claramente um atenuar e até um refluxo destes processos, a par do desenvolvimento claro de tendências de gentrificação, por um lado, e de movimentos migratórios específicos, por outro, que dinamizaram fortemente certos bairros do centro da cidade.

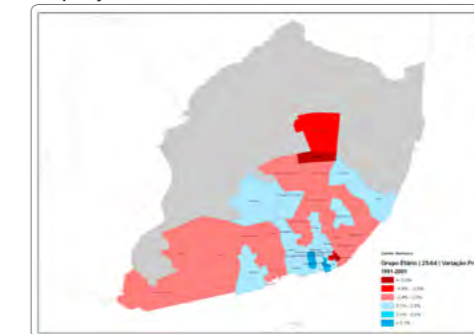
Figura 1 – Variação da População Residente, Estratos Etários (freguesias)

Fonte: INE, CENSOS 1991, 2001, 2011

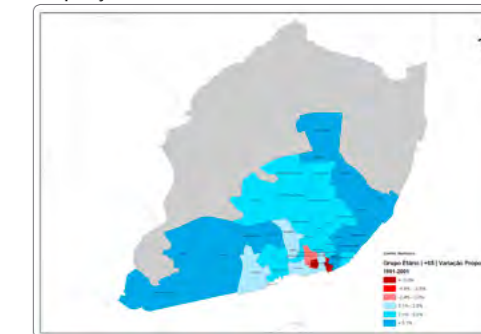
Proporção etária 0-24 (1991-2001)



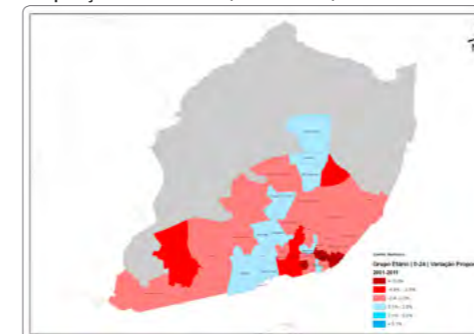
Proporção etária 25-64 (1991-2001)



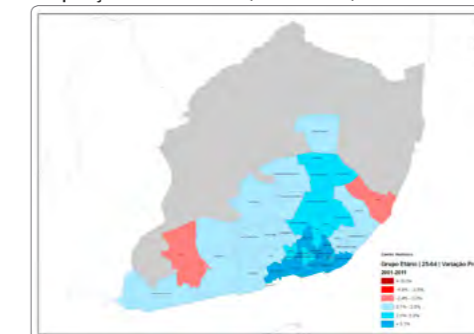
Proporção etária +65 (1991-2001)



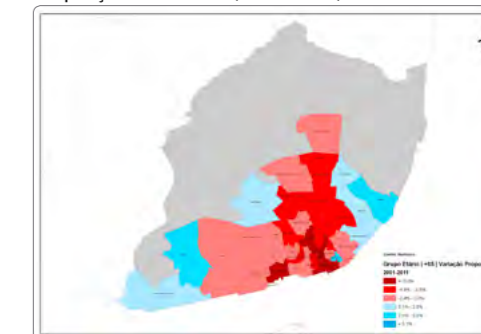
Proporção etária 0-24 (2001-2011)



Proporção etária 25-64 (2001-2011)



Proporção etária +65 (2001-2011)



Por um lado, é claro o processo de recomposição baseado em lógicas associadas à gentrificação em áreas como o Bairro Alto, o Príncipe Real, o Chiado, ou a Colina do Castelo, ou, a um outro nível, em zonas como a Graça, Alfama ou o eixo em torno da Av. Almirante Reis, por exemplo, fortemente ancoradas em vivências e expectativas que valorizam não só a forte proximidade a funções urbanas específicas e especializadas (laborais, económicas ou de lazer), como igualmente práticas sociais (e lógicas simbólicas e representacionais) tributárias de estilos e modos de vida diferenciados, menos assentes em lógicas economicistas ou na gestão das acessibilidades quotidianas, mas mais focadas na convivialidade e nas sociabilidades, nas vivências ou na afirmação identitária. Seja nalguns casos uma gentrificação assente na atracção de estratos com um capital socio-económico bastante elevado (Chiado, Príncipe Real,...), seja noutros na fixação de população estrangeira ou externa com elevado poder de compra (Colina do Castelo, Chiado,...), seja noutros ainda na atracção de uma população “criativa” e/ou jovem, com modos de vida mais centrados no hedonismo e na convivialidade, ou com modelos familiares diferenciados (Bairro Alto e Bica, Cais do Sodré, Príncipe Real,...), ou seja ainda em outros casos na atracção de segmentos jovens recém-formados ou altamente qualificados (Graça, Bairro das Colónias, ...), as lógicas de gentrificação são evidentes e encontram-se já bem documentadas (cf., p.e. Rodrigues, 2010, Costa, 2007), para além de serem claras nos mapas apresentados na figura 2. A par disto, os movimentos migratórios provenientes do exterior da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e particularmente de

fora do país acrescentam dinâmicas que privilegiam fortemente o centro da cidade: por um lado, a migração temporária, particularmente de estudantes, nacionais e estrangeiros (sendo a cidade marcada claramente pela vida universitária, muitas vezes menos reconhecida que noutras cidades³, mas sempre presente, como o comprovam o peso na polarização da atracção de estudantes do resto do país, e nos últimos anos, sobretudo, de estudantes ERASMUS ou provenientes de outros programas de mobilidade internacional, estimados em mais de 4 mil), que se concentram sobretudo na zona central da cidade, com destaque para os eixos centrais (Saldanha, Av. Novas, etc, onde o mercado de aluguer floresce neste segmento), ou os bairros históricos mais associados à convivialidade e animação nocturna (Baixa, Bairro Alto e imediações, etc.); por outro lado, a atracção de imigrantes, de proviniências externas muito diversificadas, com um foco tradicionalmente muito apontado ao centro da cidade em algumas destas comunidades. Não sendo muito relevante percentualmente em comunidades como a brasileira, as de Leste europeu, ou as provenientes de algumas ex-colónias, espacialmente mais difusas ou mais focadas nas periferias metropolitanas, esta concentração no centro é particularmente relevante nas comunidades asiáticas (chinesa, paquistanesa, indiana), e assume igualmente alguma relevância quantitativa em alguns segmentos das comunidades caboverdiana, brasileira ou outras. O peso da imigração e das realidades multiculturais a ela associadas revela particular visibilidade em zonas como o Martim Moniz, Mouraria e zonas envolventes da Av. Almirante Reis (o grande pólo da multiculturalidade actual da cidade) ou como a zonz da Rua dos Poços dos Negros e envolvente. (cf. Costa, 2008; Malheiros, 2013).

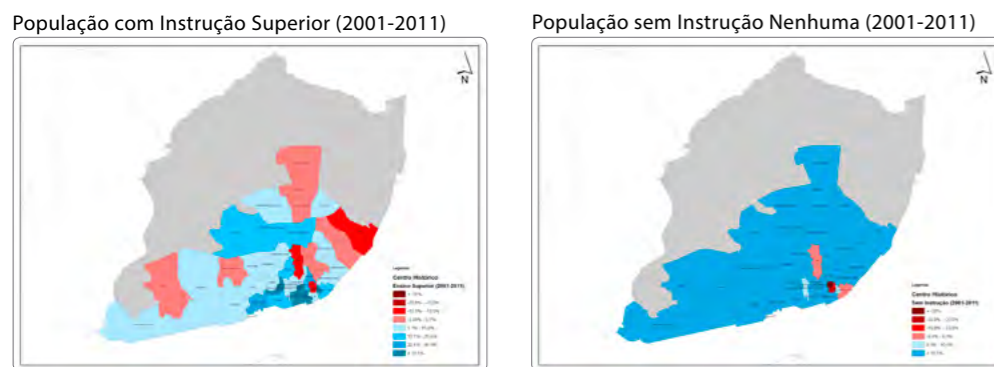
Da recomposição social dos residentes e utilizadores do centro histórico a uma reconfiguração dos comportamentos

Estas transformações demográficas traduzem-se necessariamente em recomposições importantes da estrutura social e dos comportamentos, tanto no que respeita directamente às características dos residentes na cidade, que já não terão o mesmo perfil de outrora, como igualmente pelos próprios utilizadores da cidade e do seu centro, que não se resumem naturalmente àqueles. É clara esta mudança de perfil dos residentes ao olharmos para os dados disponíveis acerca das suas habilitações ou das suas ocupações (retomem-se os dados da figura 2, acima apresentada, sobre a variação intercensitária dos níveis de habilitações extremos). Num quadro geral de transformação acelerada da sociedade portuguesa neste campo, é particularmente notória a mudança do perfil no centro da cidade, mostrando uma maior capacidade de crescimento relativo neste domínio em diversas áreas do seu centro (em processo de maior recomposição ou gentrificação). Embora por um lado estes dados (relativos a taxas de variação) reflectam nalguns casos uma estrutura que seria muito débil no início do período em análise (face ao peso da população mais envelhecida, com menos habilitações), as elevadas taxas de crescimento verificadas não deixam de comprovar uma maior capacidade atractiva para estratos da população que revitalizam e redinamizam naturalmente o centro da cidade. Esta dinâmica é complementada pela confirmação ao nível do centro da cidade (cf. Figura 3) de uma tendência para uma recomposição ainda mais profunda dos modelos familiares do que aquela verificada na média da AML (na

redução da dimensão média da família, no aumento das famílias monoparentais, na redução do número de filhos, e sobretudo na população isolada, embora no centro, parte destes valores venha ainda do peso elevado da população idosa a viver sozinha e das tendências demográficas de longo prazo que ainda implicam o seu crescimento relativo).

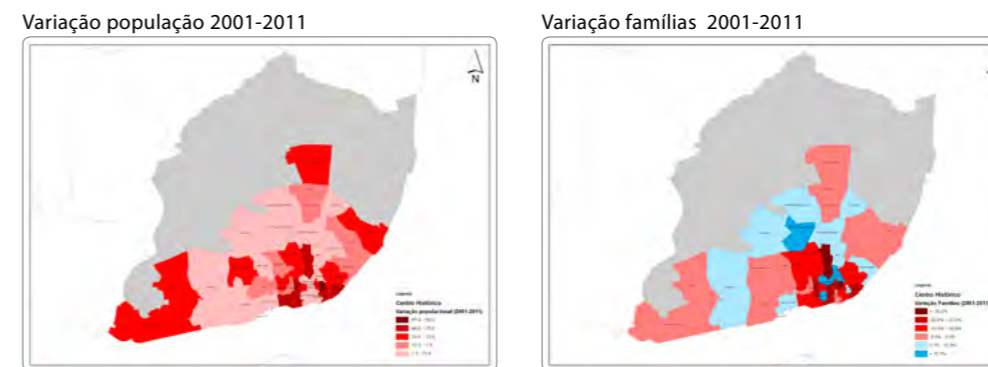
Em suma, estamos perante um processo cumulativo, que se faz pela via dos fluxos migratórios de saída (sobretudo de alguma população com menores habilitações); de entrada, “definitiva” ou “temporária”, quer de imigrantes com níveis de qualificação relativamente baixos, quer, cada vez mais, de altamente qualificados ou em processo de qualificação; e ainda pela via da regeneração demográfica e do aumento geral das qualificações da população. Simultaneamente, são de destacar transformações significativas nos “utilizadores” e fruidores deste centro, embora estas sejam dificilmente comprováveis através dos dados quantitativos disponíveis. A cidade tem vindo a assistir, neste sentido, a significativas modificações nas lógicas de apropriação e de utilização pelos segmentos que quotidianamente provêm da periferia, num processo de atracção que é ele próprio também mais selectivo, face aos diferentes tempos da cidade e da sua socioeconomia. Com efeito, o lugar fulcral do “centro” da cidade de Lisboa, pela via da polarização da AML que desempenha a múltiplos níveis (como pólo de trabalho, de oferta qualificada de educação, de consumo, de lazer), vê-se perante novos desafios à medida que novas centralidades se afirmam nas periferias e que os fluxos de mobilidade se recompõem parcialmente.

Figura 2 – População residente – Grau de habilitações (variação)



Fonte: INE, CENSOS 2001, 2011

Figura 3 – Variação populacional e de famílias



Fonte: INE, CENSOS 2001, 2011

As funções centrais (mais qualificadas) que (ainda...) não são desempenhadas pelos diversos centros em crescimento na periferia (note-se por exemplo a profusão de centros comerciais de grande dimensão na generalidade dos 17 municípios envolventes, fornecendo, por exemplo, ao nível da actividade comercial, uma oferta standardizada de funções que elimina deslocamentos quotidianas ao centro para muitos consumidores...), implicam uma selecção social mais “fina” da população que se desloca ao centro para trabalhar/consumir/estudar ou divertir-se... Não havendo dados concretos fiáveis sobre as características sociais deste movimentos pendulares, é francamente presumível que se aprofundem as assimetrias sociais e económicas nestes fluxos, ganhando peso nestes movimentos os segmentos mais favorecidos, em termos de níveis de qualificações e habilitações, por exemplo, o que provoca necessariamente transformações nas lógicas e formas de utilização e apropriação do centro da cidade.

Uma base económica em transformação, em busca de novos factores competitivos

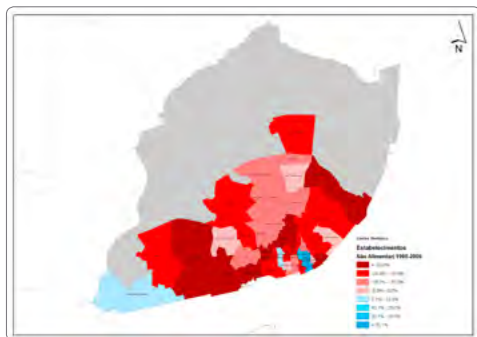
A profunda transformação da base económica e da estrutura do emprego do centro da cidade não pode naturalmente ser simplesmente aferida pela recomposição da actividade vista em termos da sua estrutura sectorial (onde avulta, de qualquer forma, uma clara afirmação de actividades como a restauração, hotelaria e lazer, entre outras, cf figura 4, como exemplo), mas sobretudo pela capacidade de solidificação das actividades fulcrais na actual economia do conhecimento, naturalmente transversais a estas partições sectoriais e a todos os *continuuns* bem-serviço transaccionáveis nelas mapeáveis. Estas transformações têm no entanto vindo a ser documentadas, pelo menos para o conjunto da cidade (ISEG e ICS, 2010; CML, 2009), posicionando-se novos “clusters” de actividades a partir nos quais se afirma a efectiva competitividade da cidade, a par de uma estrutura de actividades que se mantém a mais diversificada do país, bem como a mais bem dotada em termos da sua qualificação e capacidade de inovação, na maioria dos respectivos domínios. Enquanto que, a nível metropolitano, naturalmente, actividades como a logística, a grande distribuição e as actividades industriais continuam o seu processo de saída do centro (processo natural em actividades mais tributárias de vantagens locativas associadas às acessibilidades, preço do solo ou necessidade de espaço), seja explorando as “linhas” mais tradicionais de expansão da cidade (tanto na margem Norte como crescentemente também na Sul), seja explorando novos pólos (p.e., núcleo polarizado pela autoeuropa, Palmela, ou novos pólos logísticos em implementação ou previstos, p.e, Azambuja/

Carregado, Pinhal Novo), sendo esta saída acompanhada de uma acentuada (re)localização de novas actividades do terciário superior (nomeadamente, em zonas como Oeiras, com os seus diversos parques empresariais e tecnológico; ou, dentro ainda do concelho de Lisboa, a renovada zona do Parque das Nações, ou toda a envolvente da 2ª circular), bem como ainda do comércio de menor proximidade (nomeadamente pela profusão de grandes centros comerciais em todas as periferias), novas actividades se (re)afirmam no centro. Naturalmente, sectores como o terciário superior /quaternário (cf Rodrigues e Salgueiro, 2002), em particular os “KIBS”, serviços às empresas intensivos em conhecimento, bem como o sector cultural e criativo (cf. Costa, 2007, Costa e Lopes, 2011), têm um ascendente forte nesta zona da cidade, a par de outras novas actividades intensivas em valor acrescentado baseado em conhecimentos especializados ou com uma componente simbólica intensiva, traduzindo-se estas transformações em muitos destes locais num espaço público crescentemente marcado pela nova economia “latte”, tão cara a alguns autores da “economia criativa”. Na prática, afirmam-se novos clusters em muitas destas áreas, seja baseados nos serviços às empresas (consultoria, serviços de apoio e comércio especializados, em campos como o jurídico, o informático, o financeiro, o logístico, o organizacional, etc) seja aos consumidores finais (p.e., cuidados de saúde, estética e bem estar, serviços jurídicos e afins; animação nocturna, comércio especializado assente em atributos estéticos ou simbólicos, etc.). Em paralelo, verifica-se um fortíssimo desenvolvimento do sector do turismo que se torna cada vez mais central na economia (e nas vivências) do centro histórico. O sector do turismo é aliás dos que mais se destaca na cidade e daqueles onde o crescimento é mais notório, com uma dinâmica sólida e muito marcante ao longo da última década, em diversos segmentos, traduzida na centralidade ao nível das viagens low cost, na multiplicação e diversificação dos mercados de alojamento em múltiplas frentes (hosteais, alojamentos informais hotéis de charme, etc), no crescimento exponencial do turismo de fim-de-semana e do segmento *city-break*, ou de diversos outros segmentos específicos, como o dos cruzeiros ou o das conferências, com evoluções fortísimas em termos quantitativos (OTL, 2011) e reflexos profundos em termos qualitativos. Neste quadro de reconfiguração económica e de grande recomposição e solidificação da base económica do centro da cidade - no sentido de um alicerçar em factores

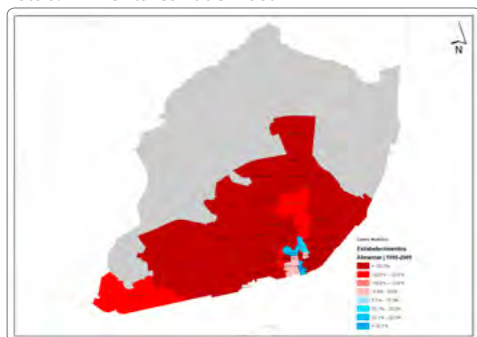
competitivos geradores de grande valor acrescentado, em actividades fortemente intensivas em conhecimento (técnico, analítico ou simbólico) - são no entanto de destacar no momento actual desafios e preocupações sérias quanto à sustentação desta estratégia, perante a profundíssima crise que afecta a economia nacional, com um impacto fortíssimo na asfixia de toda a área dos serviços qualificados, facilitada pela imposição de uma estratégia de política macroeconómica assente essencialmente na (crença da) competitividade pelos custos, que poderá ter impactos destrutivos avassaladores no que concerne aos ganhos que algumas destas zonas da cidade tinham conseguido recuperar ao longo das últimas décadas. Numa área que, em termos metropolitanos e nacionais, se conseguia afirmar pela sua vertente criativa e inovadora, e pela capacidade de polarizar bacias de emprego bastante qualificado (embora a par de um aumento simultâneo, comum à generalidade dos maiores centros metropolitanos contemporâneos, de actividades menos qualificadas, numa lógica de crescente dualização dos espaços urbanos centrais), surge o risco de virmos a assistir a um rápido aprofundamento do drenar das “classes criativas” e dos empregos qualificados para o exterior (neste caso não para a periferia, mas claramente para centros urbanos estrangeiros, polarizadores de uma oferta de emprego mais qualificada, diversificada e resiliente).

Figura 4 – Evolução das Actividades Económicas (por freguesia)

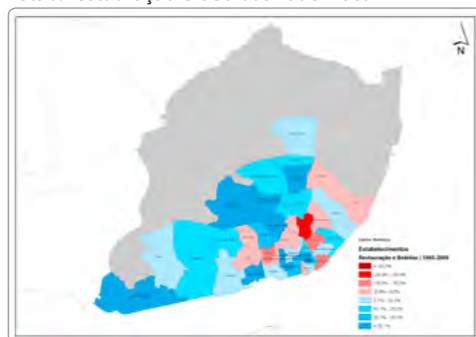
Estab. não alimentares 1995-2009



Estab. Alimentares 1995-2009



Estab. restauração e bebidas 1995-2009



Estab. Reparações 1995-2009

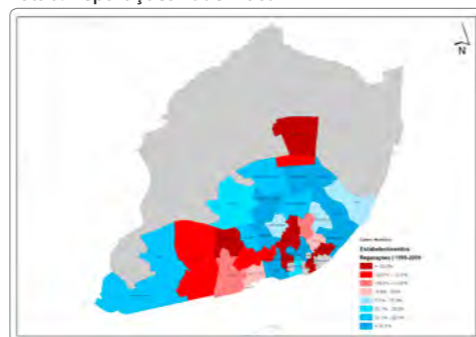
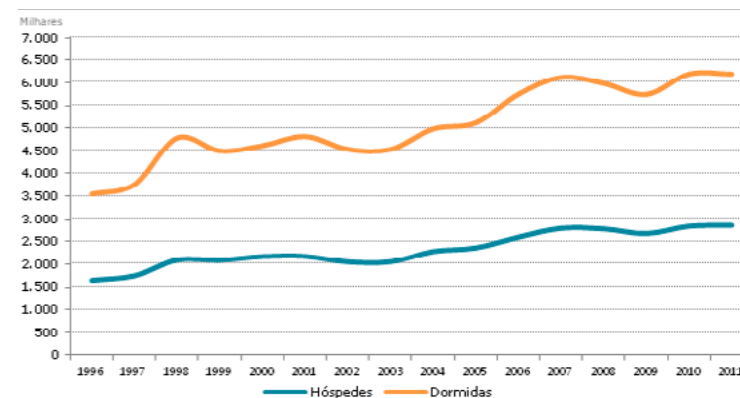


Figura 5 - Evolução do Turismo em Lisboa



Uma reconfiguração nos quotidianos, nas formas de consumo e nas lógicas de apropriação dos espaços urbanos

Em articulação com as tendências anteriores, é de destacar uma recomposição nos hábitos e nas lógicas de vivência e utilização da cidade, no quadro mais geral de transformação dos hábitos de consumo e poupança na sociedade portuguesa, mas com especificidades marcadas nas vivências do centro da capital. Estas transformações têm aliás permitido ao centro da cidade conseguir manter a sua forte centralidade e capacidade polarizadora, assente em algumas “novas” funções centrais de nível superior, com áreas de influência fortes, não obstante a descentralização geográfica progressiva de muitas das funções centrais que o núcleo da cidade tradicionalmente desempenhava, em termos comerciais, administrativos, ou mesmo simbólicos. Por um lado estas tendências são claramente associadas ao desenvolvimento de comércio sofisticado e *trendy* (p.e. Chiado, Príncipe Real, Av. da Liberdade, mas também em nichos particulares, Bairro Alto, Castelo, Alfama, Madragoa,...), colocando sérios desafios à sustentabilidade do comércio tradicional, que nem sempre tem tido capacidade de responder aos novos tempos e às novas expectativas e lógicas do consumidor-utente (veja-se p.e. a inércia ao nível da inflexibilidade dos horários de funcionamento, com a excepção de algumas experiências pontuais de sucesso, como as que acontecem, mais regularmente, no Bairro Alto ou no Chiado, ou, mais episodicamente, em zonas como a Rua de S. Bento ou a Av. Almirante Reis, com maior ou menor apoio institucional). Por outro lado as novas lógicas de distribuição, nomeadamente a mais generalista e de maior dimensão, que têm privilegiado naturalmente a zona envolvente da cidade (mais acessível aos mercados respectivos e menos onerosa), colocam desafios à forma como o centro pode reagir. Algumas experiências interessantes, onde avultam o pólo dos Armazéns do Chiado e zona envolvente, através da operação de requalificação pós incêndio, mas também casos como as recentes implantações de supermercados nas principais estações de comboios, por exemplo, podem ser exemplares para pensar esta questão, num quadro em que mesmo as grandes cadeias de franchising têm tido alguma dificuldade em lidar com o “centro” fora dos espaços comerciais standardizados, mesmo em zonas como a Baixa ou até o Chiado. Esta lógica verificada nas actividades comerciais é, aliás, reproduzida em vários outros serviços (pense-se na exibição cinematográfica, ou na venda de livros ou discos, por exemplo), com a disseminação da oferta generalista pelas periferias

densamente povoadas onde se faz o consumo mais massificado e alguma rarefacção no centro, que se especializa numa oferta menos generalista, mas polarizando hinterlands mais largos. Em paralelo, fruto das transformações socio-demográficas verificadas, em particular as migratórias, e da maior exposição cultural da cidade ao exterior, o desenvolvimento do “comércio étnico” é assinalável no centro da cidade, nas últimas décadas, exprimindo a crescente multiculturalidade da cidade e a diversidade e abertura das práticas de consumo dos residentes. Por seu lado, o comércio de 24 horas (ou de horário alargado) tem tido dificuldades sérias em expandir-se (sendo muito aquém do verificado em muitas grandes ou médias cidades europeias), face a vicissitudes institucionais e culturais diversas, com excepção justamente de lojas geridas por elementos de comunidades migrantes (indiana, paquistanesa, etc), com uma penetração crescente no centro (embora não isenta de polémica e de reacções corporativistas bastante fortes). Estas (e outras) transformações genéricas são igualmente notórias e têm implicações profundas no que concerne às vivências quotidianas da cidade e à apropriação dos seus espaços públicos. A multiplicação de esplanadas e de espaços verdes tem sido efectiva e gradual ao longo dos últimos anos, com particular destaque para a década mais recente, e muito influenciada pelo aumento da procura turística e por alguma actuação institucional. A cidade tinha tradicionalmente um grau de apropriação destes espaços muito inferior a outros países europeus, não obstante as condições climatéricas muito favoráveis, mas nos últimos anos, a sua multiplicação (e em particular o aumento da sua utilização por turistas e, sobretudo, por locais, sinalizando uma rápida e progressiva mudança de hábitos destes últimos) tem sido notória, tanto diurna como nocturnamente, em quase todas as áreas do centro histórico. A apropriação do espaço público faz-se com maior intensidade neste campo, mas igualmente noutros (ou pelo menos uma recomposição das formas de apropriação mais tradicionais), seja pela via da convivialidade e das sociabilidades, seja por uma maior visibilidade da performatividade e e da expressão do *self* (p.e., em comunidade como a LGBT ou as associadas a diversas minorias étnicas), seja ainda pela via de uma vida cultural quotidiana mais intensa (com diversas manifestações em espaços mais “centrais”, mais ou menos institucionalizados), ampliada pela arte urbana de rua, pelo graffiti ou por outras formas de intevenção artística pública com crescente presença no centro (mas também não isentas de conflito, cf, pe,

Campos, 2007, Ferro, 2011, Costa e Lopes, 2012). Os conflitos de uso são frequentes em muitos destes espaços, em particular alguns mais associados à animação nocturna (Bairro Alto, Cais do Sodré, ou outros – cf, pe. Costa, 2007), mas nestes e noutros espaços progressivamente a cidade vê crescer novos pólos de expressão e criação, incluindo o campo artístico (dentro de zonas muito centrais como a Baixa, o Cais do Sodré, a envolvente da Almirante Reis, mas também nas suas franjas, em áreas como Alcântara ou Braço de Prata, por exemplo). (cf Costa, 2009) Estas dinâmicas (e os crescentes fluxos de utilizadores, pe, turísticos ou associados à massificação da animação nocturna) têm de alguma forma ajudado a atenuar um pouco as percepções (e representações) de insegurança associadas ao centro, embora estas sejam naturalmente muito variáveis tanto no que concerne às suas diversas sub-zonas, como às camadas (etárias, sociais, geográficas) que as protagonizam. Em paralelo, várias outras vertentes da expressão na vida pública, da política e da cidadania activa (desde as movimentações mais genéricas de protesto e manifestação em espaço público, à multiplicação de micro-iniciativas de participação nos diversos bairros, à mobilização em torno de eventos desportivos ou de solidariedade, ao desenvolvimento de iniciativas comunitárias ou associativas de raiz local para combater problemas específicos, ou à apropriação física do espaço através de iniciativas diversas, como mercados “urbanos”, hortas urbanas ou outras), com maior ou menor grau de conflitualidade, têm vindo a dar sinais de contribuirem também para esta reconfiguração de quotidianos, consumos e lógicas de apropriação dos espaços, com particular incidência no centro histórico da cidade.

Uma mobilidade ainda pouco sustentável, no seio de uma estrutura morfológica em recomposição

Apesar das tendências anteriores, a vida do centro histórico continua marcada pelo problema crucial dos intensos fluxos quotidianos que nele se mantêm, e nomeadamente pela falta de soluções para o congestionamento nas infraestruturas de circulação e estacionamento. Alguns dos problemas estruturais na gestão urbana da metrópole Lisboa continuam a marcar a vida do seu centro e a condicionar fortemente a sua revitalização. Pense-se por exemplo no problema da rede viária metropolitana, com a concretização de investimentos vultuosos, após décadas de impasse, na radialização, mas comprometidos seriamente por políticas de tarifificação incompreensíveis (o caso da CREL...)

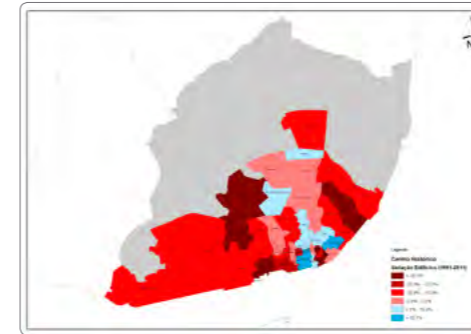
nível metropolitano (ou casos similares ao nível da gestão das infraestruturas ferroviárias ou aeroportuárias, entre outras). Num cenário de significativo investimento e de criação de grandes expectativas neste campo, regista-se uma fraca alteração em termos de resultados efectivos, e sobretudo uma percepção da existência de lógicas em constante inflexão e de estratégias pouco consequentes (p.e. facilitação de entrada no centro via Túnel do Marquês vs restrição ao tráfego no centro; pedonalização de certas áreas vs facilitação do congestionamento em redor; tarificação de estacionamento vs inconsequência na fiscalização, etc.), a qual se tem traduzido num percurso para uma mobilidade sustentável continuamente adiado. Ao nível dos transportes públicos, não obstante uma forte evolução nas últimas décadas, com uma progressiva extensão e articulação de algumas das redes (particularmente no metro, com impactos muito significativos no centro da cidade, em particular nas zonas históricas e na Baixa) e com um investimento significativo em material circulante e condições de circulação por parte de diversos operadores, um conjunto de problemas e desafios estruturais permanecem aparentemente irresolúveis, e com consequências significativas no potencial de revitalização urbana do centro histórico (adiamento sucessivo da concretização de uma efectiva autoridade metropolitana de transportes; falta de interacção dos sistemas e de integração dos mecanismos de tarificação; desinvestimento recente muito gravoso por parte de alguns operadores, no quadro da crise económico-financeira, comprometendo seriamente os resultados de um período de grandes melhorias no material circulante e nas infraestruturas, por opções de gestão desastrosas em termos de horários e tarificações, p.e.). A desejada substituição de transporte individual por colectivo, essencial para uma revitalização sustentável do centro, permance adiada mesmo após todos os investimentos inconsequentes e todas as desarticulações e inflexões das actuações e das políticas públicas, só beneficiando o centro no meio de tudo isto, do fortalecimento demográfico e económico das periferias, que tem, pelo menos em termos relativos, aliviado um pouco a pressão da mobilidade quotidiana sobre o centro da metrópole. Este cenário tem equivalente próximo no caso do estacionamento, com os problemas estruturais a manterem-se, não obstante os grandes investimentos realizados, face à incapacidade de sustentar o crescimento da procura, e ao insuficiente crescimento da oferta no centro histórico, onde as condições são particularmente penalizadoras (pe, escassez de lugares à superfície e dificuldades

acrescidas em implementar parques subterrâneos ou silos), bem como por uma política de tarifação muitas vezes inconsequente e sujeita a sucessivas inflexões (em termos dos períodos de tarifação, dos utentes abrangidos, etc.), frequentemente mais centrada numa análise custo/benefício simplista e na criação de receita imediata do que no seu efectivo papel regulador dos fluxos de estacionamento, ou na protecção dos direitos dos residentes. A par destas ineficiências, a falta de capacidade de fiscalização, os mercados de estacionamento paralelos e informais (em particular os “arrumadores”), ou a proliferação de comportamentos menos cívicos ou anómicos pelos utilizadores (no incumprimento dos horários de descargas, no estacionamento ilegal, na paragem injustificada na via pública, mesmo por profissionais supostamente qualificados – taxis, operadores turísticos, etc.), são factores que tornam a mobilidade do centro particularmente penosa e condicionam fortemente as hipóteses da sua revitalização. Em síntese, são de assinalar experiências interessantes e promissoras (medidas para redução de tráfego, condicionamento da circulação nos bairros históricos, etc), mas muito há ainda a fazer neste campo, particularmente no domínio do estacionamento (com muitos bairros sem lugar sequer para os residentes actuais), das mobilidades alternativas (apesar dos avanços significativos registados recentemente em termos das mobilidades suaves - bicicletas e circulação pedonal), nas mobilidades energeticamente mais sustentáveis, na sensibilização cívica, e sobretudo, da eficiência de um sistema integrado de transportes públicos, sem o qual o centro enfrenta claramente dificuldades acrescidas na sua afirmação competitiva. Este quadro ao nível das mobilidades está intimamente associado aos desafios anteriormente equacionados ao nível de uma morfologia urbana que se apresenta consolidada, mas perante os desafios da sua requalificação e regeneração (essencial quando no parque habitacional da cidade se identificam mais de 50000 fogos devolutos, segundo dados do município), e sobretudo, do propósito da revitalização urbana. Com efeito, o centro da cidade, embora claramente consolidado, tem sido alvo de transformação profunda nas duas últimas décadas, no que concerne à sua forma e à morfologia urbana. Seja ao nível do edificado, alvo de operações diversas de requalificação, mais ou menos integradas (cf. Seixas et al, 2012), que se juntam ao acrescido interesse reabilitador dos novos gentrifiers, seja no que concerne aos espaços públicos, seja ainda quando consideramos o impacto emblemático de casos como o do Chiado

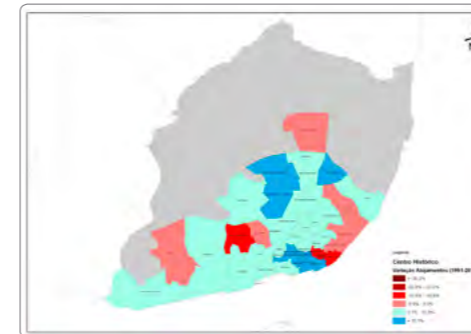
ou de outras operações de reconversão urbana (em particular o plano para a revitalização da Baixa Pombalina, ou, mais recentemente, as diversas operações em torno da revitalização da Av. Almirante Reis e do eixo Martim-Moniz/Mouraria/Intendente), esta renovação da cidade avança de forma decidida. A par destas operações, destaca-se uma intervenção em diversas outras frentes (revitalização dos espaços ribeirinhos / espaços verdes / consciencialização ambiental / sustentabilidade / recomposição social), através de programas de reconversão/requalificação que se vão progressivamente assumindo como lógicas mais integradas de regeneração urbana. Avultam, tal como noutras cidades, algumas iniciativas mais emblemáticas (“flagship”) mais ou menos utópicas (desde as não concretizadas, como algumas previstas para zonas como o Parque Mayer ou Alcântara, às executadas, como a do Terreiro do Paço/Ribeira das Naus ou as de vários equipamentos ao longo da frente ribeirinha, p.e.). Neste quadro, aquilo que tem sido a evolução do edificado e do parque habitacional da cidade, é marcado, como pode ser visto na figura 6, genericamente por um aprofundamento das tendências que já vinham de trás para uma consolidação da reapropriação de muito do edificado abandonado que marca o centro desta cidade, de forma muito mais acentuada que a generalidade dos seus congéneres europeus. Num quadro em que o centro histórico era desde já há muito a zona com mais fogos abandonados e devolutos da metrópole, um impulso decisivo para a reabilitação desse edificado parece ter sido dado nos anos mais recentes, e isto não obstante a permanência de muitos dos bloqueios que estavam na sua origem (seja ainda alguns constrangimentos no mercado de arrendamento - alguns dos quais postos em causa com a actual crise, que tem redinamizado este mercado-, seja o crescimento natural dos alojamentos vagos no centro, seja a deslocalização de diversos tipos de actividade económica para o exterior, seja enfim o processo de especulação e a elevada valorização do preço do solo). Esta tendência para a reabilitação, tanto fruto da pequena iniciativa individual, como das lógicas dos promotores, como ainda das próprias políticas públicas, tem-se articulado crescentemente com lógicas mais cruzadas com a revitalização urbana (pense-se, p.e., na Baixa ou na Mouraria), assumindo a inevitabilidade de um pensar urbano integrado, que não descure as componentes sociais e económicas imprescindíveis ao sucesso da regeneração do edificado urbano.

Figura 6 – Variação de Edifícios, Alojamentos e Famílias (1991-2011)

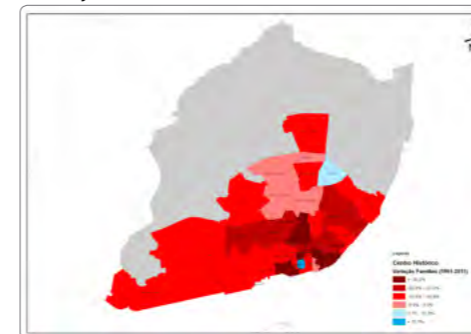
Var edifícios (1991-2011)



Var famílias (1991-2011)



Var alojamentos (1991-2011)



Fonte: INE, CENSO 1991, 2001, 2011

Uma centralidade simbólica reconquistada

Finalmente, também no campo da imagem, do simbólico e das identidades se verificam recomposições significativas, com uma clara transformação do centro histórico da cidade e das suas representações, nos imaginários artísticos, na imagem assumida externamente, nas representações turísticas, ou nas próprias representações que internamente as comunidades suas constituintes têm de si mesmas e do centro histórico Lisboaeta. Por um lado, esta reconfiguração simbólica relaciona-se com o facto da tradicional hegemonia do centro ter vindo a ser crescentemente questionada, em diversos campos, no seio dos mecanismos de recomposição social e económica da AML. Pense-se por exemplo, na imagem de centro tecnológico ou empresarial que outras zonas vieram progressivamente a ganhar, como o concelho de Oeiras, ou mesmo a zona do Parque das Nações, esta ainda dentro do concelho de Lisboa, e na forma como este facto questiona a hegemonia simbólica do centro em termos da sua capacidade ao nível da inovação, tecnologia ou empreendedorismo, por exemplo. A outra escala, a profusão de centros comerciais, zonas industriais, parques empresariais, ou mesmo complexos de ensino e difusão de conhecimento, por pólos específicos em diversos pontos da área metropolitana, bem como o papel das diversas sedes de concelho ou outras cidades da região na prestação de serviços, públicos e privados, de carácter administrativo ou associados às principais funções sociais, culturais, desportivas, de saúde, etc, tem vindo paulatinamente a questionar a hegemonia simbólica do centro nos mais múltiplos domínios. Por outro lado, esta reconfiguração associa-se ao facto da afirmação imagética do centro da cidade se ter vindo a alargar para novas áreas e escalas (ao mesmo tempo que se consolidava nalgumas das vertentes tradicionais, como as associadas ao seu património tangível ou imaterial, ou à sua centralidade e capacidade polarizadora). Factores como a consagração do Fado como Património Imaterial da Humanidade, ou a ideia de proposta de candidatura da Baixa Pombalina à categoria de Património da Humanidade, à mesma categoria, tiveram nisto claro impacto. Igualmente a crescente presença e visibilidade turística do centro da cidade é nisto fundamental, sobretudo quando pensamos em todas as transformações associadas às novas lógicas de apropriação turística da cidade (dos *low costs* e *city break* à cidade de congressos e de cruzeiros, dos *hosteis* e dos *tuk-tuks* à profusão do alojamento informal e do comércio especializado no sector). A par disto é ainda igualmente marcante nesta nova construção das representações simbólicas do centro da cidade (e

particularmente de certas zonas, como o Rossio, o Martim Moniz ou a Mouraria, por exemplo) a questão da multiculturalidade e da abertura cultural da cidade ao exterior, a “Lisboa, cidade aberta” (conforme assumido politicamente em documentos estratégicos pelo município - CML 2009, 2012; Costa, 2009). Em paralelo, a afirmação da imagem de cidade cosmopolita, da imagem de um centro urbano europeu, com uma oferta cultural vibrante e uma vida animada, diurna e nocturnamente, tem sido igualmente fulcral na redefinição externa e interna da imagem da cidade e do seu centro, amplamente confirmada na imprensa internacional ao longo dos últimos anos. A par das vertentes simbólicas mais tradicionais (muito associadas ao percurso histórico e cultural da cidade e à sua capacidade polarizadora como capital nacional e metropolitana), todas estas novas vertentes têm permitido a um centro em regeneração e revitalização, e com uma base socio-demográfica também ela em recomposição, assumir novas lógicas simbólicas (a da “cidade erasmus”, da cidade universitária, da cidade de turismo de curta duração, da cidade da cultura e da animação nocturna, da cidade tolerante, etc.) que a aproximam de um posicionamento mais cosmopolita, multicultural e aberto, que na prática espelha algumas das vertentes primaciais dessa recomposição social de que a cidade está a ser alvo. Dessa forma, Lisboa assume uma centralidade simbólica renovada a nível europeu e nas representações externas, em particular no que concerne ao seu centro, factor essencial para a revitalização de uma capital do século XXI.

Nota Final

As dinâmicas aqui enunciadas, de forma necessariamente sintética e panorâmica, traduzindo mutações de carácter paradigmático presentes nas novas formas práticas e vivências do centro histórico a cidade, não podem no entanto ser vistas de forma desligada de um quadro mais amplo sobre os espaços e os tempos do centro histórico de Lisboa e, naturalmente, sobre as dimensões da intervenção pública e das políticas que sobre têm sido desenhadas (veja-se para o efeito, Seixas et al, 2012). No seu conjunto, estas dinâmicas, vistas à luz dessa perspectiva mais alargada, permitem-nos contribuir para o equacionar dos desafios que actualmente se colocam à revitalização da cidade e à estruturação das estratégias de intervenção que face a eles mais sentido façam. É nesse sentido que vos convidamos a juntarem-se a nós e a pensarem que nova vida, nestes novos tempos, faz sentido pensarmos para este “novo” centro.

Notas

1 Este vexto baseia-se numa secção de um outro artigo, realizado em colaboração com João Seixas, anteriormente publicado: Seixas, J., Magalhães, A. e Costa, P. (2012), “Os tempos novos do centro histórico de Lisboa”, in Fernandes, J. A. R. e Sposito, M. E. B. (Org.), A nova vida no velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras, Porto: FLUP/CEGOT, pp. 63-82. O texto agora apresentado consiste numa versão mais extensa e entretanto revista da secção 2 desse artigo, então designada “Dinâmicas novas para uma centralidade diferente”. Os autores agradecem toda a colaboração e comentários do co-autor desse outro texto mais amplo (João Seixas).

2 Assume-se neste texto uma objectivação “renovada” de centro histórico lisboeta (cf. Seixas et al, 2012), nomeadamente, na assunção das expressões urbanísticas do movimento modernista como elementos hoje já reconhecidamente patrimoniais e com dinâmicas crescentemente similares às dos territórios intra-muralhas ou intra-circulares novecentistas, clássicas delimitações de ‘centro histórico’ da cidade. Colocam-se assim num mesmo nível analítico territórios como os da Baixa e Chiado – construídos e reconstruídos desde os primeiros tempos da cidade – até bairros como os de Campo de Ourique, Belém ou mesmo Alvalade – urbanizados até os anos 1950, e hoje plenamente integrados nas dinâmicas mais centrais de Lisboa. É para o conjunto destes territórios que, nesta óptica, se desenvolvem as análises de base quantitativa e qualitativa apresentadas nos pontos seguintes deste texto.

3 A cidade de Lisboa detém, de longe, a maior comunidade universitária portuguesa, com cerca de 120 mil estudantes conforme assumem e tentam valorizar as mais recentes orientações estratégicas municipais (CML, 2009),

Bibliografia

Câmara Municipal de Lisboa (2006-8), Revitalização da Baixa-Chiado (Relatório Inicial e Proposta de revisão). Lisboa: CML

Câmara Municipal de Lisboa (2009), Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024. Lisboa: CML

Câmara Municipal de Lisboa (2012), Plano Director Municipal. Lisboa: CML

Câmara Municipal de Lisboa (2012a), Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2014. Lisboa: CML

Câmara Municipal de Lisboa (2012b), Propostas de alteração dos Planos de Urbanização dos núcleos históricos. Lisboa: CML

Câmara Municipal de Lisboa / DMCRU (2005), Conservação e Reabilitação Urbana – Uma Nova Cultura de Cidade, Vols 1 e 2. Lisboa: CML

Campos, R. (2007), Pintando a Cidade. Uma abordagem Antropológica ao Graffiti urbano, Dissertação de doutoramento em Antropologia, Univ. Aberta, Lisboa

CCDRLVT (2002), Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa: CCDRLVT

Costa, F. L. (2008), “Globalização, Diversidade e Cidades Criativas. O Contributo da Imigração para as Cidades. O caso de Lisboa”, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa.

Costa, P. (2007), A cultura em Lisboa: competitividade e desenvolvimento territorial, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Costa, P. (Coord.) (2009), Estratégias para a Cultura em Lisboa, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa

Costa, P. & Lopes, R. (2011), “Padrões locativos intrametropolitanos do cluster da cultura: a territorialidade das actividades culturais em Lisboa, Barcelona e São Paulo”, REDIGE – Revista de Design, Inovação e Gestão Estratégica, Vol. 2, n. 02, 2011, pp. 196-244.

Costa, P. & Lopes, R., (2012), “Urban design, public space and the dynamics of creative milieus: a photographic approach to Bairro Alto (Lisboa), Gracia (Barcelona) and Vila Madalena (São Paulo)”, Paper presented to AESOP 2012 Conference, 10-14 July 2012, Ankara, Turkey

Ferro, L. (2011), Da Rua para o Mundo: Configurações do Graffiti e do Parkour e Campos de Possibilidades Urbanas, Tese de Doutoramento em Antropologia, Especialidade de Antropologia Urbana, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL.

ISEG e ICS / Mateus, A. & Seixas, J. (Coord.). Qualidade de Vida e Governo da Cidade. Bases para um Novo Modelo de Governação da Cidade. Relatório Final; 2010.

Magalhães, A. (2008), Reabilitação Urbana – Experiências Percursoras em Lisboa, Colecção Expoentes nº 5, Lisboa: Parque EXPO

Malheiros, J. (Coord) (2013), Diagnóstico da população imigrante em Portugal: Desafios e potencialidades, Lisboa: ACIDI.

Moura, D., Guerra, I., Seixas, J. & Freitas, M. J. - "A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo". Cidades - Comunidades e Territórios. Lisboa: CET - Centro de Estudos Territoriais. 12/13 (2006) 15-34.

Observatório Turismo de Lisboa (2011), Inquérito a Passageiros internacionais de cruzeiros 2011. Lisboa: Observatório Turismo de Lisboa / Associação do Porto de Lisboa.

Rodrigues, D. & Salgueiro, T.B (2002), “Lisboa e a Nova Economia: Desafios para a Gestão”, comunicação apresentada ao IX Encontro da APDR, “Nova Economia e Desenvolvimento Regional”, Lisboa, FCSH-UNL, 27-29 Junho 2002

Rodrigues, W. (2010), Cidade em Transição, Oeiras: Celta

Salgueiro, T. B. (2004) “Da Baixa aos Centros Comerciais in Monumentos”. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos, nº. 21. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Seixas, J. (2008), Dinámicas de gobernanza urbana y estructuras del capital socio-cultural en Lisboa. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles; n.º 46: 121-142.

Seixas, J. & Albet, A. (2010), Urban Governance in the South of Europe. Cultural identities and global dilemas. Análise Social nº197. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Seixas, J., Magalhães, A. & Costa, P. (2012), “Os tempos novos do centro histórico de Lisboa”, in Fernandes, J. A. R. e Sposito, M. E. B. (Org.), A nova vida no velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras, Porto: FLUP/CEGOT, pp. 63-82.